





## “MAIS DÓCEIS, MAIS LIMPOS E MAIS ALEGRES”: PROJETOS PARA INFÂNCIA DESVALIDA EM DUQUE DE CAXIAS (1955-1964)

  Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra<sup>1</sup>

  Márcia Spadetti Tuão da Costa<sup>2</sup>

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor  
Nome: Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra  
E-mail: amaliadias@gmail.com  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Submetido: 02/11/2018  
Aprovado: 20/02/2019  
Publicado: 19/03/2019

 10.20396/rho.v19i0.8653886  
e-Location: e019014  
ISSN: 1676-2584



### RESUMO

Apresentamos o projeto assistencialista e educacional da Associação Beneficente de Menores, criada em Duque de Caxias (RJ), na década de 1950, para o enfrentamento da situação da “infância desvalida” do município. A análise dos objetivos e práticas de assistência desvela uma pedagogia que pretendia disseminar hábitos de trabalho e códigos de comportamento da Igreja Católica. Houve uma intensa atuação destinada ao controle social de “menores” por meio da regulação do trabalho infantil urbano e pela institucionalização de um patronato agrícola. As crianças asiladas deveriam ser submetidas a instrução primária, ao ensino de ofícios artesanais e agrícolas, e serem educadas conforme os valores da doutrina católica. Diagnósticos sobre rendimento escolar, indisciplina e anormalidade eram acionados para a remoção de crianças consideradas inaptas ao internato. A pesquisa no acervo documental foi cotejada com a bibliografia sobre a história social da infância, de modo a analisar o projeto de “pedagogia cristã” utilizado no Patronato São Bento como recurso de controle social da infância pobre.

**PALAVRAS-CHAVE** Infância desvalida. Patronato. Trabalho. Baixada Fluminense.



## “MORE DOCILE, CLEANER AND HAPPIER”: PROJECTS FOCUSED ON DESTITUTE CHILDHOOD IN DUQUE DE CAXIAS COUNTY (1955-1964)

### Abstract

We herein present the charitable and educational project developed by the Charitable Association for Minors, which was launched in the 1950s, in Duque de Caxias County (RJ), in order to deal with the “destitute childhood” issue in the county. The analysis applied to the aims and assistance practices of the Association revealed a pedagogy focused on disseminating working habits and behavioral codes set by the Catholic Church. There was intense action focused on socially controlling “minors” through the regulation of urban child labor and the institutionalization of the agricultural patronage system. Sheltered children should have access to primary education, learn handmade and agricultural crafts, besides being educated based on values set by the Catholic doctrine. Diagnoses on school performance, indiscipline and abnormalities were conducted to remove unfit children from boarding schools. The research in the documentary collection was cross-checked with references concerning the social history of childhood in order to analyze the “Christian pedagogy” project implemented in Patronato São Bento in order to socially control poor children.

**Keywords:** Destitute childhood. Patronage. Work. Baixada Fluminense.

## “MÁS DULCES, MÁS LIMPIOS Y MÁS ALEGRES”: PROYECTOS PARA INFANCIA DESVALIDA EN DUQUE DE CAXIAS (1955-1964)

### Resumen

Presentamos el proyecto asistencialista y educacional de la Asociación Benéfica de Menores, que ha sido creada en Duque de Caxias (RJ), en la década de 1950, para el enfrentamiento de la situación de la “infancia desvalida” de la municipalidad. El análisis de los objetivos y prácticas de asistencia desvela una pedagogía que pretendía diseminar hábitos de trabajo y códigos de comportamiento de la Iglesia Católica. Hubo una intensa actuación destinada al control social de “menores” a través de la regulación del trabajo infantil urbano y por la institucionalización de un patronato agrícola. Los niños asistidos deberían ser sometidos a la instrucción primaria, a la enseñanza de oficios artesanales y agrícolas, y educados según los valores de la doctrina católica. Se accionaban diagnósticos sobre rendimiento escolar, indisciplina y anomalía para la remoción de niños considerados inaptos al internato. La investigación en el acervo documental fue cotejada con la bibliografía sobre la historia social de la infancia, para analizar el proyecto de “pedagogía cristiana” utilizado en el Patronato São Bento como recurso de control social de la infancia pobre.

**Palabras clave:** Infancia desvalida. Patronato. Trabajo. Baixada Fluminense.



## INTRODUÇÃO: “CADA MENOR ABANDONADO TERÁ O SEU PRÓPRIO LAR”

Em Duque de Caxias, município do estado do Rio de Janeiro, o jornal local Folha de Caxias<sup>3</sup> promoveu, na década de 1950, uma ampla campanha em prol da “situação de menores desamparados” encontrados pelas ruas do distrito-sede da cidade. Segundo Edson Passetti (2000), o termo “menor” utilizado no período de 1950 a 1980, referia-se às crianças e aos jovens da periferia das cidades, órfãos ou filhos de famílias consideradas desestruturadas. São considerados menores não apenas pela idade jurídica, mas por serem “[...] procedentes dos estrados mais baixos da hierarquia socioeconômica.” (PASSETTI, 2000, p. 357). Na campanha promovida pela imprensa, ora os “menores” eram caracterizados como vítimas do abandono de suas famílias e das autoridades públicas, ora eram acusados de serem perigosos por cometerem delitos, furtos, vadiagem. Postulava-se que a situação de abandono das crianças comprometia o progresso de Duque de Caxias e contribuía para reverberar uma imagem negativa do município.

Autoridades públicas do poder executivo, legislativo e judiciário e setores da sociedade civil foram convocados pela imprensa a propor soluções. A campanha resultou na criação da Associação Beneficente de Menores (ABM) em 1955, destinada a fundar uma instituição, que ficou conhecida na cidade como “Patronato São Bento”,<sup>4</sup> destinada a prestar assistência social aos “menores”. (COSTA, 2017).

Apresentamos aqui o projeto de assistência e de educação que a ABM realizou junto aos menores. Identificamos um projeto de controle social da infância pobre que fundamentava a ação pedagógica da instituição. Por meio dos relatórios da instituição, nota-se que a ABM agia na perspectiva de “regenerar” a infância por meio do trabalho, da escolarização e da disseminação de códigos e valores de comportamento católicos, através de uma ação educativa ampla: “Ser-lhes-á dada tôda assistência material ou espiritual de que carecem e uma formação que lhes garantirá o futuro e dará ao nosso município homens trabalhadores e capazes.” (HOJE..., 1956, p. 1).

O processo de institucionalização do Patronato ficou sob a responsabilidade da Mitra Diocesana de Petrópolis, onde caberia à autoridade diocesana indicar o diretor. Sabemos que Dom Odilão foi o “cooperador” que atuou até 1964 como diretor do “educandário”,<sup>5</sup> e de 1965 até 1969, como secretário. Dom Odilão Moura elaborou o primeiro Estatuto (MOVIMENTA-SE..., 1956, p. 1) e o espaço de internamento foi efetivado na Fazenda São Bento, que pertencia à Igreja por concessão do Instituto Nacional de Imigração e de Colonização (INIC). Assim, o projeto do Patronato foi pensado por diferentes agentes da sociedade civil e política, mas teve a Igreja Católica como a executora de inúmeras ações, principalmente nos primeiros anos.

Inicialmente, como apresentaremos na primeira seção do artigo, a ABM se aproximou dos menores que trabalhavam nas ruas, enquanto não estava disponível o espaço de



internamento. A regulamentação do trabalho das crianças ocorreu tanto no cenário urbano, nas ruas principais do distrito sede, quanto também quando a internação foi iniciada em distrito rural do município. Na análise dos relatórios sobre o Patronato, identificamos a colaboração entre a ABM e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), principal agência de assistência social a infância do governo federal no período. No espaço de internamento, emergem a escolarização, o trabalho artesanal e o agrícola como constituintes do cotidiano das crianças, havendo uma preponderância continuidade do trabalho produtivo como recurso de disciplinamento. Na última seção tratamos da “pedagogia cristã” assumida na condução do Patronato e dos diagnósticos de inadequação e de anormalidade que eram movidos para afastar da instituição, crianças que não atingiam as expectativas da instituição.

### **A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO DISTRITO-SEDE (1956-1959)**

A primeira frente de atuação junto aos “menores desamparados” consistiu na regulação do trabalho que eles executavam na cidade, em atendimento a exigência do Juiz da cidade. Através da imprensa, percebemos que desde 1953, havia uma perseguição ao trabalho informal praticado pelos ambulantes e pelos “menores trabalhadores”. Constatou-se em 1956 que, entre 130 crianças, haviam 19 jornaleiros, 66 engraxates e 35 baleiros. Do total, 56 sabiam ler. (PRIMEIRO..., 1956, p. 1). Segundo Dom Odilão:

A pedido do Juiz de Direito, devido ao estado grave em que se achava o problema de menores, cada vez mais triste, iniciou a ABM a assistência aos menores trabalhadores de rua – engraxates, jornaleiros e vendedores. Depois de uma série de reuniões com os comissários de menores e com o Juiz, elaborou-se um plano de assistência parcial que deveria ser executado por etapas: fichamento dos menores, exame médico, inquérito sobre as condições de vida, assistência médica, cursos noturnos, criação de uma casa central. (MOURA, 1957, p. 01).

O juiz “solucionou” o problema dos menores, ao autorizar o trabalho dos que tinham idade abaixo de 14 anos e, aos que tinham idade equivalente ou superior, concedeu a carteira de trabalho. Essa autorização dada pelo Juiz Hélio Albernaz Alves tinha amparo na Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943 e no Decreto-Lei nº 6026, de 24 de novembro de 1943, pelo qual o juiz poderia “[...] autorizar o menor a trabalhar por um ano sem carteira de trabalho.” (FALEIROS, 1995, p. 67). A mesma autoridade cuidou do Registro Civil, em 1957, de 71 de meninos e de 58 meninas. (MOURA, 1957).

Houve então o cadastramento e a concessão de uma autorização para o trabalho das crianças, a determinação de um ponto fixo para o trabalho na cidade e a entrega de uniformes. As carteiras de identificação permitiam o trabalho nas ruas sem a possibilidade dos meninos serem recolhidos pela guarda policial. Outras ações diziam respeito à assistência escolar, como curso noturno de alfabetização e assistência médica e religiosa. O curso de alfabetização noturno era para atender os meninos trabalhadores analfabetos, que não podiam estudar



durante o dia. Segundo o relatório, a assistência religiosa era destinada aos meninos católicos, ministrada por um catequista e por um sacerdote. (MOURA, 1958).

Em 1956, foram atendidos pela Associação Beneficente de Menores 430 meninos (MOURA, 1958) e em 1957, a instituição atendeu 117 meninas e 404 meninos, num total de 521 atendimentos. Consideramos um número significativo, uma vez que essa atuação era restrita ao centro, o primeiro distrito do município de Duque de Caxias. Segundo o relatório das atividades em 1957, o movimento na Casa São José (sede da ABM) foi intenso, com centenas de pessoas e com a realização de reuniões semanais:

Os engraxates e baleiros eram obrigados a comparecer uma vez por semana na Casa São José, para reuniões onde recebiam orientação, discutiam-se problemas de trabalhos, estabeleciam-se normas, etc. Houve durante o ano, 96 reuniões dessa espécie; às quartas-feiras para os engraxates e aos sábados para os vendedores. No fim do ano, pelo Natal, distribuíram-se para eles, uniformes e presentes. (MOURA, 1958, p. 02).

Os alcances da abordagem junto às crianças trabalhadoras eram avaliados no relatório do primeiro ano e desvelam as intenções disciplinadoras e moralizantes da ABM:

Dêsse primeiro trabalho, o mais difícil, pois os garotos viviam escurraçados [sic] da sociedade, perseguidos pela polícia, temerosos diante dos adultos, desconfiados de todos, os resultados já se notam, pois tendo a sua vida legitimada, amparada, apresentando-se mais dóceis, mais limpos e mais alegres. (MOURA, 1957, p. 01).

Em 1958, também os meninos passaram a preencher uma “Ficha do Trabalho de Rua” que continha, além das informações pessoais, a portaria nº 53/58, na qual o Juiz de Direito e de Menores da Comarca de Duque de Caxias, Dr. Hélio Albernaz Alves, autorizava o trabalho dos mesmos nas ruas, nas praças e noutros logradouros públicos. (ALVES, 1958). A referida Portaria dizia que o Juiz, ao usar “[...] das atribuições que lhe são conferidas por Lei [...]”, determinou que os “menores” estavam proibidos de trabalharem nas ruas do município “[...] em atividade lucrativa (comércio, engraxates, jornaleiros, doceiros, etc.), sem licença dêste Juizado [...]”, ao mesmo tempo em que atribuiu à ABM a tarefa de “[...] organizar o trabalho de menores nas ruas, de modo que só possam nelas trabalhar menores entre 12 e 18 anos, residentes em Duque de Caxias, devidamente matriculados, uniformizados, assistidos e orientados pela ABM.” (ALVES, 1958, p. 01). A portaria apresentava como punição ao “menor” que não tivesse licença, o encaminhamento para a ABM, o recolhimento do material utilizado para o trabalho com devolução aos responsáveis e punição aos responsáveis que enviassem seus filhos/filhas para o trabalho, sem a autorização. (ALVES, 1958).

Ressaltamos essa colaboração entre o poder judiciário e a Associação Beneficente de Menores. Rizzini (1995, p. 114) constatou que, nas primeiras décadas do século XX, “[...] juristas associaram-se às forças policiais, aos setores políticos, às cruzadas médicas, às associações caritativas e filantrópicas. Promoviam debates, publicavam e estabeleciam alianças em várias arenas [...]”. Isso aconteceu em Duque de Caxias: o Juiz Hélio Albernaz





fez aliança com a associação caritativa e filantrópica (ABM) que, por sua vez, estava associada à igreja católica e demais agentes da esfera política e do comércio local, não como agentes isolados, mas totalmente interligados que transitavam por todos esses espaços o tempo inteiro, promovendo assim, uma política de controle dessa infância, classificada como “desvalida”, “desamparada”, “abandonada”.

Desde 1923, quando foi criado o primeiro Juízo de Menores no país, foi instituído um protagonismo da atuação do poder judicial que se perpetuaria na história da assistência pública. (RIZZINI, 1995, p. 242). Em Duque de Caxias, a Portaria nº 53/58 determinava que o trabalho exercido nos locais públicos deveria ter a autorização do juiz, pois essa ocupação não poderia “[...] advir prejuízo à moralidade do menor [...]” e pelo fato de haver um “[...] grande número de menores trabalhando, sem escola, sem orientação, causando distúrbios e sendo muitas vezes explorado por adultos.” (ALVES, 1958, p. 01). Nesse sentido, o problema não residia no trabalho, mas na falta de controle sobre aqueles que o exerciam, de modo que “[...] a Associação Beneficente de Menores está capacitada a prestar assistência médica, escolar e orientação aos menores que necessitem de trabalhar nas ruas.” (ALVES, 1958, p. 01).

Identificamos uma relação entre o controle da “infância desvalida” e seus desdobramentos sobre o espaço da cidade:

Para quem conheceu antes a cidade, com as ruas cheias de menores maltrapilhos e indisciplinados, é alegria verificar-se agora êsse quadro desaparecido e os menores mais organizados, ganhando o seu sustento com o próprio trabalho. Para prova de que esta organização dos garôtos tem sido eficiente, basta citar que muitos dêles são a garantia do sustento da família. (MOURA, 1958, p. 02-03).

Diante disso, desde os primeiros anos de atuação, observamos que a dimensão da “moral” esteve presente no cultivo da idealização do trabalho, da família e da disciplina como bases importantes para a formação desse menor “útil” para a família e para a cidade. Com o trabalho da ABM, os “menores” trabalhadores não deixaram as ruas. A diferença foi que esses “menores” passaram a ser, segundo a avaliação da ABM, mais “organizados” e menos “maltrapilhos”, até porque eles usavam uniformes, placas de identificação, portavam licenças para o trabalho. Isso reforçou a ideia de cidade organizada e de “civildade” tão propagada, além do controle dessa população. Nessa perspectiva, a regulamentação dos tipos de trabalho dos “menores” e as regras estabelecidas para a manutenção da licença, como a observação do comportamento dos menores, revelou modos de regulação da circulação dos jovens pelas ruas do distrito-sede, e ainda a concepção de que o trabalho era uma atividade regeneradora, dignificante e necessária para a “infância desvalida”.

Dessa forma, como afirmava o diretor Dom Odilão, o lema da obra assistencial era “[...] Educação no trabalho, para o trabalho, pelo trabalho.” (ESCLARECIMENTOS..., [1964], p. 01). A centralidade da função social do trabalho no projeto de assistência aos menores é explicitada pela documentação:



De grande importância para a solução do problema do menor abandonado é essa assistência ao menor trabalhador, já lhe facultando o trabalho, já lhe amparando no trabalho. Seria ilusório pensar que a solução daquele problema esteja apenas na internação, pois a assistência ao menor na família e no trabalho é medida mais eficaz. No que toca os problemas de Caxias, essa assistência tem sido eficaz e indispensável, pois o pouco que se tem feito já aliviou bastante a cidade. (MOURA, 1958, p. 01).

O fato dos “menores” terem registro civil e carteira de trabalho, os uniformes e as caixas de engraxates padronizadas demonstrava uma legitimação do trabalho infantil, além de uma forma de controle dessa infância também. Para o exercício do controle por parte dos Comissários de Menores, eram feitas reuniões com os meninos semanalmente, para que discutissem os seus problemas, recebessem instrução cívica e aulas de catecismo. O relatório do ano de 1956 mencionava que “[...] desses garotos alguns foram escolhidos para conselheiros, cuja função é fiscalizar os outros, puni-los, dirigi-los à sede, etc.” (MOURA, 1957, p. 01). Essas ações respondiam à necessidade de vigilância sobre o trabalho dos “menores”:

Continuou a ABM a cuidar – trabalho iniciado em 1956 – dos menores que trabalham nas ruas como engraxates, baleiros, vendedores e jornaleiros. Foi continuado o trabalho de formação e organização desses menores, havendo progresso no comportamento dos mesmos. O número deles foi diminuído, sendo muitos encaminhados para emprêgos. A fiscalização foi feita pelos próprios menores e por um guarda posto à disposição da ABM, pelo Juiz de Direito. Nos casos mais difíceis de disciplina tomaram-se medidas mais fortes, sendo os responsáveis chamados à sede da ABM para auxiliarem a Instituição no cuidado dos seus filhos. (MOURA, 1958, p. 02).

Em 1957, enquanto 66 engraxates e 40 vendedores foram assistidos e 207 carteiras de trabalho para menores de 14 anos foram emitidas, apenas 50 atendimentos ocorreram no “curso de alfabetização”, o que revela uma preponderância do trabalho sobre a escolarização dos menores. (MOURA, 1958). Ao auxiliar e legitimar a permanência dos menores como engraxates e vendedores, a análise da ação da ABM atesta a observação de Rizzini (1995, p. 96) de que “[...] os asilos e instituições reforçaram a formação de crianças para o trabalho subalterno, seja de doméstica para as meninas, seja de mão de obra semi-qualificada para os meninos.” Notamos essa característica no trabalho inicial da ABM, de 1956 a 1959, em que reforçava o trabalho subalterno e permitia que o estudo fosse algo para aqueles que quisessem, após um dia inteiro de trabalho. Todos esses aspectos corroboravam para que das centenas de “menores” atendidos, apenas cerca de cinquenta conseguisse cursar a alfabetização, embora haja a alegação no relatório de que muitos cursavam a escola regular durante o dia. (MOURA, 1958).

Em 1964, surgiu a proposta de que os meninos trabalhassem junto ao *Jornal do Brasil*, na entrega de jornais. Numa carta destinada ao bispo Dom Manoel Pedro da Cunha e Cintra, Dom Odilão relatava, com entusiasmo, a oportunidade de arrecadar dinheiro por meio do trabalho dos meninos, ainda que isso demandasse uma modificação no horário escolar das crianças:



Surgiu, há um mês, e aceitei logo, um novo modo de manter a obra. É a entrega de jornais aos assinantes somente pelos garôtos. O J. Brasil envia diariamente uma caminhonete à escola e leva os garotos, deixa-os nos pontos indicados para as entregas, e após os recambia à escola. Por cada jornal entregue dá à Escola CR\$25,00. Só em Caxias há 500 assinantes no momento. Haverá uma renda diária de CR\$12.500,50 e mensal de CR\$375.000,00. Pedem para que eu mande os garôtos para toda a zona da Leopoldina. Terei que modificar um pouco os horários da Escola, mas a idéia é compensadora, podendo ainda cada garôto ter um pequeno fundo pessoal. Assim ele mesmo pagaria a escola, teria o seu ordenado e, o que é extraordinário, a escola ficaria auto suficiente, sem depender totalmente de esmolas e do governo. Basta dizer que esse tipo de trabalho tem rendido para a Casa do Pequeno Jornaleiro no Rio seis milhões mensais. Os nossos garôtos começarão a trabalhar nisso no dia 3/11, e estão radiantes. Terão também escola e oficinas. Além do mais, lidaríamos com uma empresa séria, como é o J. Brasil, e gente do gabarito da Condessa. Graças a Deus as coisas vão correndo para um certo alívio financeiro. (MOURA, 1964, p. 03, grifo do autor).

Desse modo, o lema da “educação no trabalho, para o trabalho, pelo trabalho” resultou num tipo de assistência em que o trabalho subalterno, sob a autorização do poder judiciário e sob a supervisão da ABM, era mais importante que a socialização da criança por meio da escolarização. Essa mesma característica é afirmada pela historiografia das políticas públicas de assistência social para a infância no Brasil na primeira metade do século XX. (RIZZINI, 1995; PASSETTI, 2000).

## INTERNAMENTO, ESCOLARIZAÇÃO E O APRENDIZADO DE OFÍCIOS

Em 1959 a “ABM continuou prestando assistência aos menores de rua, limitando aos engraxates, mas prestando uma assistência mais completa.” (MOURA, 1960d, p. 01). Naquele ano, após a obtenção de sede no Núcleo Colonial São Bento, a regulação do trabalho infantil urbano foi cedendo espaço ao internamento: “Conseguiu assim a instituição realizar, depois de quatro anos de trabalhos incessantes, a sua finalidade precípua a qual a de ‘a fundação e manutenção de um estabelecimento de internação de menores’ (Estatutos, art. 3º).” (MOURA, 1960d, p. 01).

O Patronato São Bento obteve financiamento de campanhas e de verbas federais e estaduais (MOURA, 1958) por meio de agências como o Departamento Nacional da Criança (DNCr) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), principal instituição de assistência social do governo brasileiro por diversas décadas. (SIMILI, 2008).

Ao longo dos governos de Getúlio Vargas, uma gama de iniciativas buscou criar um aparato assistencialista para essa “infância desvalida”, como política de Estado, por meio da criação de agências, legislação e ações filantrópicas lideradas pela esposa do Chefe de Estado. (RIZZINI, 1995).

Quanto às verbas federais, ainda em 1940, a partir do Decreto-Lei nº 2024, de 17 de fevereiro, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), subordinado ao Ministério





da Educação e Saúde, como um mecanismo de organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência nacional. No artigo 5, pelo “problema social” atribuído aos grupos que deveriam ser protegidos, era vinculada a concessão de “[...] auxílio federal aos Estados e subvenção às instituições de caráter privado para a manutenção e desenvolvimento de serviços dirigidos a esta população, bem como fiscalizar a execução dos mesmos.” (RIZZINI, 1995, p. 289). Em 1942, por falta de recursos, o DNCr foi associado à LBA. A LBA, por sua vez, recebia receita própria “[...] advinda de contribuições compulsórias dos trabalhadores sindicalizados e vinculada à ‘autoridade moral’ da primeira dama.” (RIZZINI, 1995, p. 289).

É nesse cenário de investimentos e de subvenções em instituições privadas que a ABM, no momento de sua institucionalização, recorreu ao DNCr para que, em cooperação com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), pudesse financiar a “escola-internato” dos meninos. Então, em dezembro de 1955, no mês seguinte de sua criação, a ABM recebeu do DNCr um documento com as normas para que as obras sociais, submetidas ao referido departamento, pudessem ter a cooperação financeira da LBA. O primeiro critério era de que a obra social deveria ter uma “[...] atuação em benefício das comunidades brasileiras.” (LIMA JUNIOR, 1955, p. 01). A ABM deveria aceitar a colaboração técnica da LBA com visitas periódicas, fornecer, semestralmente, dados estatísticos e financeiros. Havia a indicação de que “[...] as subvenções e auxílios da LBA às obras alheias [...]”, no caso para a ABM, seriam concedidas mediante alguns compromissos, como “ostentar” uma placa em lugar visível com a seguinte sentença: “A LBA coopera com esta instituição.” (LIMA JUNIOR, 1955, p. 01).

Em julho de 1959, passou a funcionar o internato no Núcleo Colonial São Bento, na antiga Fazenda São Bento, assumindo a ABM “[...] todos os encargos de educação, amparo e cuidado direto dos menores.” (MOURA, 1960d, p. 01). Após a liberação da área pelo INIC e o Serviço de Patrimônio Nacional (SPHAN), foi instalado no imóvel o refeitório, a cozinha, os banheiros, os sanitários, os esgotos, um poço para fornecimento de água e eletricidade. O prédio correspondia às características de um edifício-internato nesses primeiros anos, por centralizar num só lugar essas funções. Tudo isso favorecia o controle e a necessidade de poucos fiscais nessa tarefa, como observou Conceição (2012). Além disso, “[...] cercou-se o terreno, de modo a serem as áreas divididas para horticultura, pomar, recreios e campos de esportes.” (MOURA, 1960d, p. 02).

Funcionava em sistema de comodato, na Fazenda São Bento, os imóveis cedidos pelo governo, que eram o Mosteiro, o Grupo Escolar e as oficinas. (ESCLARECIMENTOS..., [1964]). Em 1961, os 93 “menores” internos cursavam a instrução primária no Grupo Escolar São Bento e, em correspondência com a Mitra Diocesana, D. Odilão informava: “As aulas do Grupo Escolar já começaram, tudo em ordem. Corpo de professoras, excelentes.” (MOURA, 1961a, p. 02). Em relação ao funcionamento desse Grupo Escolar, identificamos que a referida escola atendia também, gratuitamente, alunos externos. Era oferecido “[...] o curso primário de 1ª à 4ª série [...]” (ESCLARECIMENTOS..., [1964], p. 01), nos horários de 7h às 11h, e os



internos frequentavam à tarde, de 12h:30min às 16h:30min. Apenas os internos que frequentavam oficina à tarde, estudavam pela manhã (ESCLARECIMENTOS..., [1964]).

Em 1963, Dom Odilão assinou um convênio com a prefeitura do município, (CONVÊNIO..., 1963) que estipulava a colaboração para o funcionamento da escola na fazenda São Bento:

A 'Mitra Diocesana de Petrópolis' se compromete: Fazer funcionar a Escola São Bento, para o curso primário, responsabilizando-se, por intermédio da Diretoria da mesma, pela administração, regime pedagógico e disciplinar, de acordo com a legislação vigente para as escolas particulares. (CONVÊNIO..., 1963, p. 02).

As professoras designadas pela prefeitura deveriam ser preferencialmente normalistas, e seguiriam o regime pedagógico, disciplinar e administrativo da Escola São Bento. No documento, afirmava-se que "A Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, se compromete a designar, para lecionarem na Fazenda S. Bento, (15) quinze professoras [...]". (CONVÊNIO..., 1963, p. 02). Caso houvesse solicitação do diretor da Escola São Bento, o número de professoras poderia ser aumentado de acordo com as necessidades da instituição. (CONVÊNIO..., 1963).

Através dos relatórios, livro-caixa, balancetes e ofícios constantes no acervo do Patronato, identificamos a formação profissional oferecida no espaço de internamento: confecção de tamancos e chinelos, artesanato, carpintaria e vimearia. (MOURA, 1962, p. 283-309). Em diferentes documentos, identificamos o "trabalho no campo" e a confecção de artesanato. Havia registro no livro-caixa de compra de ferramentas, regadores, esterco, transporte de mudas e compra de enxadas. Parte da verba era destinada ao trabalho agrícola como aviário, apiário, criações, entre outros. No livro-caixa, em 1962, constavam os valores recebidos pela venda dos produtos agrícolas como milho, de banana. Ao analisarmos balancetes dos anos de 1962, de 1963 e de 1964, foram apresentados os valores arrecadados de venda de vimearia, de sapataria, de vendas de artesanato e de cultivo. (MOURA, 1962, p. 266-271).

Mendonça (2010, p. 38) afirmou que "[...] os patronatos produziam uma população que pagava por sua própria vigilância e disciplinarização [...]" quando se referiu ao trabalho no campo, empreendido nos Patronatos Agrícolas do início do século. Embora o Patronato São Bento seja produto de outro tempo, essa prática se perpetuou nessa instituição, embora não tenhamos identificado o repasse do produto do trabalho para os próprios "menores". Outra semelhança percebida foi o fato de se instituir como núcleo "[...] adestrador e imobilizador de jovens trabalhadores [...]" num misto de "[...] reformatório e centro de mão-de-obra." (MOURA, 1958, p. 02). Outra aproximação que fazemos do que foi instituído no nosso território, em relação aos Patronatos Agrícolas do início do século, dizia respeito à clientela designada ao mesmo, pois "[...] os patronatos destinavam-se a assistir a infância desvalida das cidades, atendendo aos interesses dos segmentos urbanos e industriais, empenhados em construir uma imagem de 'cidade profilática' e moderna." (MENDONÇA, 2010, p. 36).



No processo de institucionalização dos patronatos “[...] estabelecia-se uma triangulação entre Ministério da Agricultura, Poder Judiciário e Polícia do Distrito Federal.” (MENDONÇA, 2010, p. 37). Podemos considerar essa triangulação entre Ministério da Agricultura, Poder Judiciário e Polícia do município ao destacarmos que o local de internamento foi o da Fazenda São Bento, que pertencia ao Núcleo Colonial São Bento e foi cedido pelo INIC para o trabalho assistencial subordinado à Igreja Católica, que, desde o começo, teve o respaldo do juiz de menores da cidade. O internamento para o trabalho agrícola no Patronato foi uma idéia presente desde os primeiros debates sobre o “problema” dos menores para a cidade de Duque de Caxias. Por esses aspectos, identificamos mais uma aproximação aos Patronatos Agrícolas instituídos no começo do século. Ademais, a fundação de um patronato agrícola, na década de 1950, na Baixada Fluminense, também guarda relação com a importância do movimento ruralista na região. (COSTA, 2017).

## DA “ESSÊNCIA DA PEDAGOGIA CRISTÃ” AO AFASTAMENTO DOS “ESTRAGADOS” E “ANORMAIS”

Além do trabalho como elemento disciplinador, a documentação do acervo do Patronato permite identificar que uma concepção de mundo religiosa, cristã e católica conduzia o projeto de assistência e educação das crianças. A realização da “primeira comunhão” pelos menores atendidos no distrito sede ou no patronato consta nos relatórios da ABM. (MOURA, 1958).

Numa série de reportagens que escreveu para o Jornal **Folha da Cidade**, em 1956, Dom Odilão apresentou o “esfacelamento da família” como justificativa para a situação de abandono dos “menores”. Nessa perspectiva, “[...] uma solução satisfatória do problema de menores desamparados deve começar pela restauração dos valores essenciais da família: respeito, indissolubilidade, responsabilidade dos pais espírito de sacrifício em prol dos filhos. Mas simplesmente: lar cristão.” (SEÇÃO..., 1956, p. 1). O diretor do ABM classificava as crianças de acordo com a condição familiar: “[...] assim, os menores são **órfãos**, se lhes faltam os genitores; **ilegítimos**, se nascidos fora da família legalizada; **desamparados**, se os pais não cuidam deles. A situação desses três tipos agrava-se caso o menor seja ainda **anormal** (físico ou mental) ou **delinquente**.” (SEÇÃO..., 1956, p. 1, grifo do autor). Assim, para cada classificação, caberia uma forma de “reajustamento na sociedade” e essa “integração” deveria começar por “ambientes que se aproximem” de um lar para os meninos “desamparados”.

O discurso do diretor do Patronato estava em conformidade com o debate daqueles anos. Segundo Rizzini (1995), aconteceu em São Paulo, em 1947, a “Primeira Semana de Estudos do Problema de Menores”, com a participação de muitos juizes. Esses chegavam à conclusão de que a família era o problema do “menor abandonado”. A consequência desse pensamento encontrou eco na Segunda Semana de Estudos, ocorrida novamente em São Paulo, (COOPERAÇÃO..., 1949, p. 1) em 1949, e apontou o amparo à família como essencial



para que o “menor” não se afastasse do seu meio “natural e imprescindível”. (RIZZINI, 1995). Apesar dessa reflexão, juízes de menores ainda apontavam como necessária a fundação de institutos para recolhimento de menores, ideia também, encampada pela Igreja, como respondia Dom Odilão, em entrevista concedida ao Jornal **Folha da Cidade**, ao ser questionado como pretendia a Igreja resolver o “angustioso problema” dos menores abandonados:

Formando para todos esses menores um lar onde possam viver felizes, onde se sintam em casa, rodeados não tanto de medidas repressivas ou coercitivas, quanto das normas seguras da Fé e dos princípios elevados da Moral Cristã que os eduquem e os levem suavemente a compreender os deveres e a vida com responsabilidade e com dignidade. (HOJE..., 1956, p. 1).

Em conformidade com essa concepção, o estatuto da ABM, reformulado de 1961, definia como função do Patronato “Educar os menores de acordo com os princípios tradicionais da Igreja Católica.” (ESTATUTOS..., 1961, p. 04). Assim, por ser uma “escola” baseada nos princípios católicos, a formação religiosa recebeu “dedicação especial”:

Sendo uma escola que pauta pelos princípios católicos, dedicação especial mereceu a formação religiosa dos alunos; orações diárias na Igreja, Missa semanal aos domingos e durante a semana um dia, confissão e comunhão frequentes. Em 25 de dezembro 33 alunos fizeram a Primeira Comunhão e um foi batizado. (MOURA, 1960a, p. 02).

Esses não eram os únicos compromissos dos internos. Quando os mesmos estivessem de férias e aqueles que pudessem ser recebidos em casa, deveriam comparecer à Missa aos domingos. No entanto, se as fontes permitiram mapear uma “pedagogia cristã” que inspirava as ações do Patronato junto aos menores, também é possível identificar as dificuldades na implementação do projeto e as resistências encontradas ora pela reação dos menores, ora pela própria situação dos prejuízos gerados pela situação de pobreza e de desigualdade social que assolava as crianças.

A manutenção da ordem através da disciplina e da moral religiosa eram condições imprescindíveis para que os “menores” permanecessem no espaço do internamento, além da associação de que esse espaço era o mais próximo de um lar com características específicas de um lar cristão. Associado a isso, havia a certeza, por parte do diretor Dom Odilão, que os “menores” se transformariam em meninos “[...] mais dóceis, mais limpos e mais alegres.” (MOURA, 1957, p. 01). Mas, nem sempre o idealizado foi o vivido na instituição, e quando havia fugas, demonstrações de indisciplina, pouco aproveitamento escolar ou inadequação às normas e expectativas da instituição, buscava-se afastar essas crianças da instituição. Argumentos sobre idade, e suspeições e diagnósticos de “anormalidade psíquica” eram usados nas tentativas de afastar alguns meninos do Patronato. Na atuação de D. Odilão nessas solicitações, é possível identificar um pouco mais dos fundamentos da “essência da pedagogia cristã” e dos castigos que eram utilizados em face da indisciplina e/ou inadequação dos internos.



O diretordo Patronato, D. Odilão, enviava ofícios e bilhetes, direcionados à D. Noêmia Gomes, chefe do setor de Obras Sociais da LBA do Rio de Janeiro, com reclamações sobre os “menores”. Em 18 de fevereiro de 1960, relatava que “Lastimávelmente [sic] não podem continuar em S. Bento o C e o H.O primeiro resolveu não mais obedecer, fazendo o que quer, não indo às formaturas, cantando em toda parte.” (MOURA, 1960<sup>a</sup>, p. 01-02). E relatava, sobre o interno C.:

O segundo [C], apesar de por vezes manifestar arrependimento, ontem como estivesse insubordinado no refeitório, depois de ter comido, mandei retirar-se. Jogou o prato e a cadeira e ficou pelo pátio jogando pedra. Voltou depois do refeitório e um ataque de histerismo, agrediu violentamente um garôto muito menor que ele, só o deixando após ter levado um cascudo. Hoje, como a cozinheira não lhe guardasse a merenda por esquecimento, disse que lhe atirava a caneca à cara. (MOURA, 1960a, p. 01).

Em outra tentativa, D. Odilão argumentava que a instituição não tinha mais como lidar com outros menores e retomava as reclamações sobre C.

Infelizmente esses dois, mais o C (este cada vez mais me convenço de séria anormalidade mental) já estão de tal modo estragados que só um regime muito especial os corrigirá. Ficando com eles assim, cogito que não seria possível disciplinar na escola pois os outros naturalmente os criam ímpar. Certo estou de que a Sra, compreenderá esta minha atitude, pois os dois esgotaram a paciência de todos. (MOURA, 1960b, p. 02).

A partir de argumentos sobre “anormalidade mental” e impossibilidade de “corrigir” os menores, Dom Odilão solicitava a transferência dos internos: “Manifestam o mesmo comportamento os menores TN, DN e LGN<sup>6</sup> [...]”, posto que não se adaptavam “[...] de modo algum ao regime pedagógico da escola.” (MOURA, 1960, p. 01). Ademais, segundo Dom Odilão, “[...] são menores que pelo próprio aspecto físico mostram serem anormais, portadores de taras que necessitam de correção especializada.” (MOURA, 1960c, p. 01).

Figuram no acervo do Patronato vários diagnósticos sobre a “anormalidade” de crianças e, para tentar impedir que esses menores frequentassem o Patronato, D. Odilão entendia que “[...] seria grandemente vantajoso que os menores passassem pelos testes de personalidade e inteligência, medida em boa hora iniciada pela L.B.A.” (MOURA, 1961, p. 01). Desse modo, almejava evitar “[...] que um menor conserve anormalidade psíquica que se vão acentuando com a idade, podendo chegar a estado de irrecuperação.” (MOURA, 1961b, p. 01). Os testes foram usados para reforçar a caracterização das crianças consideradas inaptas para permanência na instituição:

Encaminho a V. S. os menores PRN e JLS, os quais por motivo de terem completado a idade limite de permanência nesta escola e de serem anormais, conforme comprovam os testes por que passaram, necessitam de um regime pedagógico especial, conforme esclareci no Of. 14/61 dirigido a V. S. O menor PRN, além dos defeitos apontados pelo teste, tem o costume de furtar, esconder o furto, de modo que é necessário estar sob vigilância especial. (MOURA, 1961d, p. 01).





Diante de diferentes ofícios enviados e do não atendimento das solicitações, Dom Odilão insistia junto a L.B.A:

Solicito, depois de repetidos pedidos, de V. S., a retirada deste estabelecimento dos menores PRN e JLS, pois ambos atingiram, já em 1960, a idade limite de permanência na escola. A permanência de ambos nesta escola torna-se grandemente prejudicial tanto para eles, quanto para escola. Para eles, porque ambos necessitam de uma escola especializada em menores anormais, como são, o que se pode comprovar pelos testes por que passaram, e porque a Fazenda S. Bento tem um regime pedagógico para menores de idade inferior. Além do mais, ambos são totalmente inúteis quanto ao aproveitamento escolar. (MOURA, 1961c, p. 01).

A dificuldade em se adaptar ao sistema do internato, por parte dos meninos do Patronato São Bento, integrava também a rotina do internato agrícola pesquisado por Conceição (2012), e poderia ser atribuída ao fato de algumas características, que aproximavam o internato da prisão, que competia ao respeito do controle do tempo, do espaço e dos próprios “menores”. No Patronato a criança deveria obedecer às regras diárias impostas pela instituição, as brincadeiras deveriam ser as que fossem permitidas e no horário determinado, posto que a cultura da instituição “[...] obrigava-o a dispor-se, mesmo que coercitivamente, das brincadeiras da idade imatura e se conformarem com as atividades intensivas de estudo e trabalho, com as regras do internato.” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 73). Dessa maneira, as fugas do Patronato, assim como do Internato Agrícola eram recorrentes e correspondiam à forma pela qual lidavam com as proibições (CONCEIÇÃO, 2012):

Pelo Of. 9/60 manifestamos a V. S. a situação delicada em que se encontram nesta escola os menores JTN, DN, TN, LGN, bem como JLS e EFA. Os mesmos fogem diariamente da escola, passando o dia perambulando pelas ruas, gritam durante a noite, manifestando assim sintomas de comportamento anormal. Como tal situação pode ser de consequências funestas para os menores, poderia retirá-los da escola e serem encaminhados para escola especializada em menores de comportamento irregular. (MOURA, 1960c, p. 01).

A abundante documentação de solicitações atesta que o destino daqueles que alcançassem a idade limite de permanência e o não afastamento de crianças que eram consideradas “anormais” eram vistos como um perigo para as demais crianças e para os objetivos da instituição, assim como para o projeto pedagógico do Patronato: “Desejo ter na Fazenda um regime pedagógico bom, inteligente, sem promiscuidades, orientado, pois só respeitando a essência da pedagogia cristã teremos uma obra assistencial de menores útil.” (MOURA, 1961c, p. 01).

A título de conclusão, cabe indagarmos sobre o sentido de “obra assistencial de menores útil” do projeto dirigido pela ABM junto aos classificados como “menores abandonados” de Duque de Caxias. As relações entre infância pobre, abandonada, criminalidade e o fomento de políticas de recolhimento desta infância em instituições específicas, como observamos em Duque de Caxias, também são verificadas em outros estudos de história da educação sobre o período republicano. As associações entre pobreza,



vadiagem e delinquência, camadas pobres e camadas perigosas constituíam os diagnósticos sobre os problemas sociais e mobilizava a intervenção estatal por meio de políticas destinadas às camadas pobres.

A educação por meio do trabalho e o asilamento eram prescritos como antídotos para o enquadramento dos supostos desajustados. (PASSETTI, 2000, p. 355). Após a institucionalização, a ABM atuou no primeiro-distrito, nas ruas principais da cidade, disciplinando o trabalho dos menores, controlando seus postos de trabalho, suas vestimentas, seus comportamentos. Sob a defesa de “amparar a infância desvalida”, a desigualdade social, percebida na vulnerabilidade social das crianças, tornava-se questão policial, jurídica, filantrópica e de ordenamento do espaço social da cidade. Foram aproximadamente quatro anos de trabalho com esse “menor trabalhador”, até que em 1959, o patronato, em distrito rural afastado do centro da cidade, se tornou a principal tarefa da ABM.

A história social da infância no Brasil aponta que uma das principais características das políticas de assistência exercida pelo Estado foi a internação dos menores considerados em situação de abandono. (PASSETTI, 2000; RIZZINI, 1995). A ABM recebeu apoio financeiro e técnico de instituições nacionais de assistência, como a LBA. Através da disseminação de um visão de mundo católica, do trabalho artesanal e agrícola como recursos moralizadores e disciplinadores, e, ainda, por meio de uma intensa vigilância sobre sinais de indisciplina e inadequação por parte do internos, tecia-se uma pedagogia “essencialmente cristã”.

Nesse caminho de análise, estabelecemos um diálogo com autores como Antonio Gramsci (1981; 2002; 2007), para trabalhar com o conceito de Estado ampliado no sentido de mapear as instituições e agremiações que constituíram o processo histórico da infância em situação de pobreza no município, compreendendo-o como um lugar de tensão e de conflitos, identificando assim, nas práticas educacionais e nos projetos defendidos pelos diferentes agentes e agências, o que querem, quem são e onde estão. Sob essa perspectiva, entendemos que “[...] a educação equivale às operações fundamentais da hegemonia.” (BUTTIGIEG, 2003, p. 47). Isso porque, como afirma Buttigieg (2003, p. 61), a educação para Gramsci “[...] significa mais do que instrução escolar”. Sabemos que numa relação pedagógica, todos aprendem e ensinam, é recíproco. Isso também aconteceu e acontece noutros ambientes na sociedade que não são os escolares, como o autor afirmava “[...] entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército.” (BUTTIGIEG, 2003, p. 63). Consequentemente, “[...] as relações educacionais constituem o próprio núcleo da hegemonia.” (BUTTIGIEG, 2003, p. 63). Cabe ainda salientarmos que “[...] uma das questões mais fundamentais e amplas [...]” (BUTTIGIEG, 2003, p. 63) que sempre incomodaram Gramsci foi a discrepância entre a educação recebida pela classe mais abastada e as classes mais desfavorecidas da população, como também o precipício que separava os intelectuais do povo e a “ciência da vida”. (BUTTIGIEG, 2003, p. 63).



Retomamos, então, a teoria do Estado ampliado através da medida em que a classe dominante obteve/obtem e manteve/mantém seu poder na sociedade, pela habilidade na produção e organização do consenso, além da condução econômica, política, intelectual e moral da mesma, e não somente pela imposição. (ACANDA 2006). Nesse aspecto, entendemos a atuação da ABM como comprometida com um projeto político, com visões de mundo que buscavam controlar a ordem social, já que o Patronato se revelou como uma ação destinada a uma determinada infância.

Diante de tudo o que já foi pontuado, o Patronato São Bento surgiu como um espaço de atendimento da demanda urbano-social da cidade de Duque de Caxias, no território do segundo distrito, com características rurais ainda, ou seja, retirou da cena da cidade os meninos que eram a evidência da desigualdade gerada pela sociedade capitalista, da má sorte da infância pobre no Brasil. Tudo isso associado a ideia de criminalização dessa infância pobre e classificada como abandonada para que, através do trabalho, pudesse se tornar útil para a sociedade.

A análise do acervo do Patronato nos permite afirmar que a intenção e o sentido de “útil” da obra social do Patronato não foi o cuidado e a proteção da criança. O projeto instituído na cidade não apresentou características de uma preocupação real com crianças que tinham uma infância demarcada por uma condição estrutural da sociedade capitalista: a desigualdade social.

## REFERÊNCIAS

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

ALVES, H. A. A. B. M. **Trabalho de rua**. Arquivo patronato São Bento, 079, caixa 003, 1958.

BUTTIGIEG, J. A. Educação e hegemonia. *In*: COUTINHO, C. N. (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-50.

CONCEIÇÃO, J. T. da. **A pedagogia de internar**: história do internato no ensino agrícola federal (1934-1967). São Cristóvão: Ed. UFS, 2012.

CONVÊNIO de ensino entre a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a Mitra Diocesana de Petrópolis. Arquivo Patronato São Bento, 123.2, caixa 003, 1963.

COOPERAÇÃO entre a capital e o interior para assistência e proteção à infância. **Folha de Notícias**, 24 jul. 1949.

COSTA, M. S. T. da. **Patronato São Bento**: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.



ESCLARECIMENTOS sobre a obra. Arquivo Patronato São Bento, 126, caixa 003, s/a, [1964].

ESTATUTOS da Associação Beneficente de Menores – Fazenda São Bento Duque de Caxias E. R. J. Arquivo Patronato São Bento, 347.4/5, caixa 005, s/a, 1961.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. *In*: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Ed. Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria, 1995. p. 47-98.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 2: os intelectuais. O princípio educativo . jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 3: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HOJE, o início oficial da campanha em favor do menor desamparado. **Folha de Caxias**, 30 abr. 1956.

LIMA JUNIOR, G. de. Departamento de Maternidade e Infância – Instrução nº1/55. Arquivo Patronato São Bento, 002.1-3, caixa 002, 1955.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)**. Niterói: Ed. UFF, 2010.

MOURA, D. O. **Assistência à Associação Beneficente de Menores**. Arquivo Patronato São Bento, 84.1, caixa 003, 1957.

MOURA, D. O. **Bilhete à dona Noêmia Gomes**. Arquivo Patronato São Bento, 191.1, caixa 004, 1960a.

MOURA, D. O. **Bilhete à dona Noêmia Gomes**. Arquivo Patronato São Bento, 191.2, caixa 004, 1960b.

MOURA, D. O. **Carta ao Bispo**. Arquivo Patronato São Bento, 113.2, caixa 003, 1961a.

MOURA, D. O. **Carta ao bispo Dom Manoel Pedro da Cunha e Cintra**. Arquivo Patronato São Bento, 127.3, caixa 003, 1964.

MOURA, D. O. **Livro-Caixa**. Arquivo Patronato São Bento, 64, caixa 001, 1962.

MOURA, D. O. **Ofício Expedido**. Arquivo Patronato São Bento, 199, caixa 004, 1960c.

MOURA, D. O. **Ofício Expedido**. Arquivo Patronato São Bento, 212.1, caixa 004, 1961b.

MOURA, D. O. **Ofício Expedido**. Arquivo Patronato São Bento, 220, caixa 004, 1961c.



MOURA, D. O. **Ofício Expedido**. Arquivo Patronato São Bento, 221, caixa 004, 1961d.

MOURA, D. O. **Relatório das atividades da Associação Beneficente de Menores durante o ano de 1957**. Arquivo Patronato São Bento, 083.3, caixa 003, 1958.

MOURA, D. O. **Relatório das atividades da Associação Beneficente de Menores durante o ano de 1959**. Arquivo Patronato São Bento, 100.1, caixa 003, 1960d.

MOVIMENTA-SE Duque de Caxias em favor do menor abandonado. **Folha de Caxias**. 3-4 jun. 1956.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORI, M. D. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

PRIMEIRO passo na assistência aos menores. **Folha da Cidade**, 19 e 20 ago. 1956.

RIZZINI, I. Meninos Desvalidos e Menores Transviados: A trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

SEÇÃO: menores abandonados, assinado por Dom Odilão. **Folha da Cidade**, 1-2 jul. 1956.

SIMILI, I. G. **Mulher e política**. A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

## Notas

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências e Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ/FEBF) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Doutora e Mestre em História da Educação pela Universidade Federal Fluminense. Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Estudos de História da Educação Local (EHELO). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil e América Latina (HISTEDBRAL).

<sup>2</sup> Professora da Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias (fundamental, 1º segmento) e diretora executiva do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed). Mestre pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, unidade acadêmica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FEBF/UERJ). Especialização em Língua Portuguesa, bacharel e licenciada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Membro do Grupo de Estudos de História da Educação Local (EHELO). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil e América Latina (HISTEDBRAL).

<sup>3</sup> O Jornal é publicado em 1953, como A Folha de Caxias e, em 1955, foi nomeado Folha de Caxias. Em 1956, aparece como Folha da Cidade. Indicaremos nas referências o nome do jornal correspondente ao ano da matéria.

<sup>4</sup> O “arquivo” do Patronato São Bento foi salvo do descarte pela iniciativa de Edna Bernardo, que atuou no setor de Arquivo e Patrimônio da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti e colaborou para a doação do acervo para o Centro de Pesquisa e Memória da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHed).

<sup>5</sup> “Educandário”, “obra” e “escola” são termos recorrentes que aparecem nas fontes pesquisadas do Patronato.

<sup>6</sup> Na transcrição dos relatos, substituímos o nome dos meninos pelas letras iniciais dos seus respectivos nomes.